



SAÚDE PÚBLICA E GESTÃO: CARACTERIZAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Rafaela Munz Belarmino, Alice Munz Fernandes, Lilian Rigo, Gleimíria Batista da Costa Matos

RESUMO

A saúde pública figura como uma área dotada de desafios no que concerne a múltiplos aspectos, inclusive gerenciais. Contudo, tem-se avanços ao longo dos anos no âmbito das políticas públicas de saúde, o que contribui para atenuar obstáculos e fomentar melhorias. Ante a esse cenário, a pesquisa realizada teve como objetivo caracterizar as publicações científicas que abordam sobre gestão em saúde pública desenvolvidas em programas brasileiros de pós-graduação *Stricto Sensu*. Para tanto, empregou-se um estudo quantitativo e descritivo operacionalizado mediante uma análise bibliométrica. A base de dados correspondeu a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), cujos critérios de busca adotados resultaram em um portfólio final composto por 39 documentos. Os resultados obtidos demonstraram a intensificação do interesse dos pesquisadores quanto à referida temática nos últimos cinco anos (2017-2022), que respondem por mais de um terço dos documentos. Também constatou-se que a Região Sudeste do Brasil é a que mais desenvolve estudos a nível de mestrado e de doutorado sobre saúde pública e gestão. Outro achado pertinente corresponde ao fato de que por mais que as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Vida direcionem maior atenção para o assunto, este possui um caráter interdisciplinar, sendo foco de estudo em áreas distintas. Como os avanços em políticas públicas de saúde e em estratégias de gestão em saúde no Brasil tendem a estar amparados no desenvolvimento científico e tecnológico, as contribuições da pesquisa convergem para a elucidação deste panorama.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Saúde Coletiva; Serviços de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública configura-se como um elemento primordial para o bem-estar de qualquer sociedade, pois é por meio dela que as demais esferas sociais se tornam possíveis. Entende-se por saúde pública “a ciência e a arte de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio dos esforços organizados da sociedade” (WADE *et al.*, 2019, p. 335, tradução própria). A partir disso, emerge a ideia de construção do pensamento sobre as políticas atuais de saúde não mais somente como o resultado de um acordo sanitário invariável, mas sim como um direito do cidadão e um dever do Estado (SCHRAMM, 2006).

Ante a este preâmbulo, a saúde pública contemporânea tem enfrentando uma miríade de modificações para se adaptar e suprir as necessidades da sociedade, bem como responder às ameaças e doenças da atualidade, com vistas a proporcionar a melhoria da qualidade de vida das pessoas (WONG *et al.*, 2022). Nesse sentido, Kaplan e Hays (2022) salientam que a qualidade de vida não se limita a questões de saúde no sentido de ausência de doenças, mas também envolve o acesso a uma alimentação adequada e a água potável.

Conquanto, como a qualidade de vida e o bem-estar das populações figura como uma temática complexa e atual, tornou-se objeto de investigação de distintas áreas do



conhecimento, não limitando-se às Ciências da Vida. Logo, questões econômicas, sociológicas, históricas, culturais, entre outras, também pautam discussões em torno da melhoria de vida dos indivíduos (SILVA; DIAS; SILVA, 2022). Ademais, uma das consequências destes esforços científicos consiste na maximização da longevidade, expressa pelo aumento na expectativa de vida das populações (GUIMARÃES; ANDRADE, 2020).

De maneira específica, na América Latina a expectativa de vida passou de 72,3 para 76,9 anos ao longo das últimas duas décadas (BUSS *et al.*, 2020). Já no Brasil a perspectiva de vida ao nascer subiu de 71,3 anos em 2003 para 77 anos em 2022 (IBGE, 2022). Este indicador é importante porque reflete a melhoria do estado de saúde da população (MURRAY *et al.*, 2012). Isto é, “levando em consideração o contexto histórico da assistência à saúde, nota-se que houve uma evolução de serviços direcionados à saúde no Brasil” (BARRETO, 2020, p. 11).

Assim, evidencia-se o contributo dos avanços ocorridos nas gestão pública de saúde, sobretudo acerca da formulação e implementação de políticas públicas em todos os seus níveis, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS) (SALES *et al.*, 2019). Dentre as frentes de atuação em saúde coletiva em expansão tem-se aspectos relacionados à saúde do trabalhador, com ênfase na medicina ocupacional e ergonomia (GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018), bem como a saúde mental da população – cuja preocupação intensificou-se em decorrência da pandemia de Covid-19 (FARO *et al.*, 2020; ARAÚJO, TORRENTÉ, 2023), por exemplo.

Não obstante, o fato é que a melhoria nas condições de saúde do brasileiro somente é possível devido à maximização na eficiência e na eficácia das práticas de gestão pública orientadas ao sistema de saúde (HOLROYD *et al.*, 2020). Deste modo, “a eficiência na gestão é essencial para que não sejam negados tratamentos por falta de recursos”, sendo que “quando há falhas na entrega do serviço em saúde, outros setores da sociedade são prejudicados (DERMINDO, 2019, p. 01).

Ante ao exposto, a pesquisa realizada teve como objetivo caracterizar as publicações científicas desenvolvidas em programas brasileiros de pós-graduação *Stricto Sensu* que abordam sobre gestão em saúde pública. A justificativa e a pertinência desta circunscrição se deve a importância do conhecimento produzido nos centros de pesquisa do país (FOX; GONÇALVES, 2001), haja vista que a atividade científica integra o amplo sistema social (MACIAS-CHAPULA, 1998), cujos resultados influenciam nos rumos e diretrizes desenvolvidas pela sociedade, em seus múltiplos contextos (WOOD JR. *et al.*, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda aspectos teóricos e conceituais sobre saúde pública com ênfase no contexto brasileiro, destacando suas características e desafios. Em seguida, explana-se acerca de elementos relacionados à gestão em saúde, evidenciando aspectos estratégicos e contributos inerentes à tomada de decisão na referida área.

2.1 SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública diz respeito à saúde coletiva promovida por meio de políticas públicas e avanços técnicos e científicos instituídos com vistas a melhoria nas condições de saúde e na qualidade de vida das populações (CAMPOS, 2000). Sua importância é



representada inclusive por mecanismos institucionais, uma vez que a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo sexto, determina que a saúde é um dos direitos sociais do brasileiro (BRASIL, 1988).

De acordo com o Dicionário de Epidemiologia de Last, saúde pública refere-se a um conjunto de esforços que envolvem a combinação de ciências, habilidades e crenças orientadas à manutenção e a melhora dos níveis de saúde dos indivíduos por meio de ações coletivas (COSTA; VICTORA, 2006). Esta miríade de elementos que contemplam a saúde pública tem se tornado cada vez mais latente em função da maximização da expectativa de vida das populações, o que estimula uma demanda crescente por serviços de saúde pública (LIMA-COSTA; VERAS, 2003).

Não obstante, a saúde pública no Brasil é dotada de desafios e contrapontos, cujos avanços caracterizam-se por um conjunto de movimentos populares e políticas públicas que culminaram no surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) (CARVALHO, 2013). A partir disso, tem-se que “a saúde é direito de todos e dever do Estado garantindo mediante o acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, Art. 196, s/p).

Ou seja, ao longo da história, o país foi incorporando na organização dos seus programas e políticas de saúde pública, elementos teóricos e conceituais emergentes que subsidiaram avanços tecnológicos e mudanças de paradigmas, tendo em vista seus múltiplos momentos de desenvolvimento econômico, político e social (FINKELMAN, 2002). Outrossim, as políticas nacionais de saúde inserem-se em um amplo contexto no âmbito das políticas públicas, que envolvem também aspectos de previdência e de assistência social (LUCCHESI; AGUIAR, 2010).

Ademais, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) elenca onze funções basilares da saúde pública, que envolvem o monitoramento, a análise e a avaliação da situação de saúde, formação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, promoção e garantia da qualidade dos serviços de saúde, entre outros aspectos (SOUZA, 2014). Portanto, evidencia-se a importância da gestão em saúde não somente no intuito de integrar os cuidados com a saúde humana, mas também devido a aspectos relacionados à racionalização de recursos (GRAÇA, 2005).

2.2 GESTÃO EM SAÚDE

De maneira geral, as organizações de saúde são dotadas de complexidade, cujo viés converge para o enfrentamento de novos desafios (SHORTELL; KALUZNY, 2000). Como consequência “o papel do gestor de organizações de saúde é, provavelmente, um dos mais complexos cargos executivos atualmente existentes” (REIS, 2004, p. 07). Esta situação justifica-se pelo fato de que os serviços de saúde atendem demandas variáveis e que impossibilitam uma padronização total, resultando em uma necessidade heterogênea de recursos (SHERER; PIRES; SCHWARTZ, 2009).

A gestão em saúde contempla um conjunto de competências aplicadas para o manejo eficaz de organizações de saúde, o que envolve também o gerenciamento de redes de atenção e de unidades de assistência, tanto no âmbito público quanto privado (LORENZETTI *et al.*, 2014). Neste contexto, dentre as atividades desenvolvidas, evidenciam-se aquelas relacionadas a administração da atenção primária à saúde, pois esta possibilita a ampliação do acesso, da integralidade assistencial e a otimização adequada dos recursos disponíveis (PIRES

et al., 2019).

Na esfera pública, o SUS propõe um modelo de gestão em saúde com vistas a melhor combinação de recursos em prol do aumento do bem-estar da sociedade, sendo considerado essencial para a viabilização da atenção integral à saúde da população (DERMINDO; GUERRA; GONDINHO, 2020). Logo, as atividades de gestão em saúde compreendem desde o desenvolvimento de planejamento estratégico até a institucionalização de mecanismos de controle de qualidade nos serviços prestados (PESSOA *et al.*, 2020).

Os problemas encontrados na saúde pública brasileira estão sendo estudados a muitos anos e de acordo com dados encontrados percebe-se que muitas vezes a gestão dos estabelecimentos ou redes de atenção à saúde possuem papel fundamental no que diz respeito a falhas ou mesmo dificuldades operacionais dos sistemas de suprimento a saúde de cada região (PESSOA *et al.*, 2020, p. 3415).

Ademais, a saúde figura como uma das principais preocupações do ser humano na contemporaneidade, sendo superada somente por aspectos financeiros e de sobrevivência (LORENZETTI *et al.*, 2014). Por conseguinte, os profissionais de gestão em organizações de saúde têm maximizado seus esforços para promover de maneira mais eficiente e eficaz os serviços prestados (D'INNOCENZO *et al.*, 2018). Logo, tem-se o desenvolvimento e a implementação de novas práticas gerenciais orientadas a viabilização de um sistema estratégico de gestão em saúde, sobretudo na esfera pública (RIVERA; ARTMANN, 1999).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada caracteriza-se como quantitativa no que concerne a abordagem do problema, pois pauta-se na mensuração tanto na coleta quanto na análise dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2009). No que diz respeito à finalidade pode ser classificada como uma investigação descritiva, uma vez que busca descrever as características de determinado fenômeno ou população (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma bibliometria, haja vista que pauta-se, basilarmente, no emprego da quantificação para a análise da literatura (PRITCHARD, 1969). O rigor científico deste tipo de estudo provém da utilização sistematizada de procedimentos de busca mediante a adoção de critérios previamente definidos (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). Assim, corresponde a um método de estudo comumente empregado para o mapeamento do campo científico acerca de determinada temática, oportunizando identificar vieses emergentes e nuances investigativas (DONTHU *et al.*, 2021).

A base de dados selecionada para a pesquisa consistiu na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que trata-se de um repositório nacional que torna público desde 2002 os trabalhos de conclusão de curso *Stricto Sensu* defendidos no Brasil (LEITE; ASSIS; MELO, 2015). Esta plataforma eletrônica foi criada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e congrega dezenas de universidades nacionais (CARVALHO; FEITOSA, 2011).

Ademais, adotou-se como critério de busca a existência dos seguintes termos e operadores booleanos no título dos documentos: “saúde pública” E “gestão”. Justifica-se que



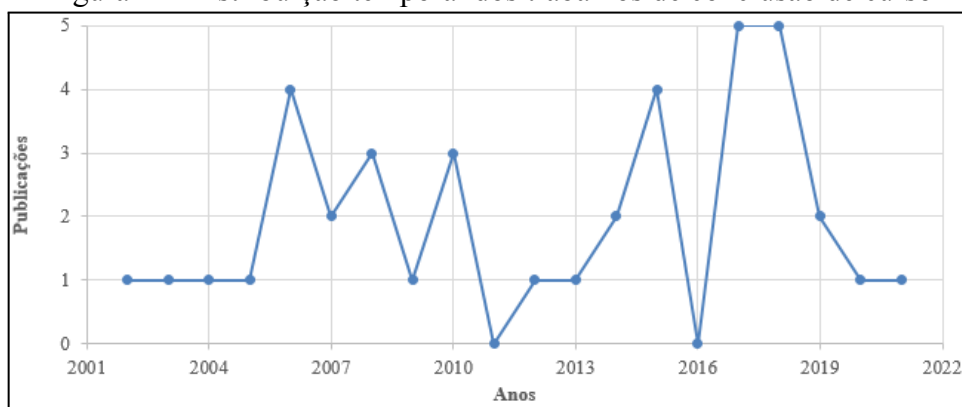
a escolha por este campo do manuscrito científico deve-se pelo fato deste incluir “elementos que fazem a ligação com o que está sendo estudado, passando uma ideia ao leitor, ou revisor, do que poderá encontrar” (SERRA; FERREIRA, 2014, p. 02-03). Ou seja, o título tende a sintetizar a ideia central da pesquisa realizada, configurando-se como uma promessa exata do conteúdo abordado no documento (MONTENEGRO, 2020).

A busca compreendeu todos os anos até a data de 02 de setembro de 2023, resultando em um portfólio composto por 45 documentos. Após a exclusão dos registros duplicados, obteve-se um conjunto final formado por 39 trabalhos de conclusão de curso *stricto sensu*. Para auxiliar na organização dos dados e na operacionalização das análises foi utilizado o *Software Microsoft Excel*. Como procedimento analítico empregou-se a verificação de frequência (absoluta e relativa) das seguintes variáveis: ano de publicação, Instituição de Ensino Superior (IES), Programa de Pós-Graduação (PPG) e Unidade da Federação. Também procedeu-se com a análise de termos predominantes mediante o *Software WordArt*. Para a apresentação dos resultados foram empregadas representações gráficas e tabelas. Posteriormente, procedeu-se com a discussão dos resultados obtidos a partir da literatura relacionada e de investigações aderentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista o portfólio final analisado, constata-se que o primeiro trabalho de conclusão de curso a nível *Stricto Sensu* que aborda a temática de saúde pública e gestão de maneira conjunta foi defendido em 2002 no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Contudo, ao longo dos anos, observa-se a maximização no interesse dos pesquisadores sobre este escopo de pesquisa, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição temporal dos trabalhos de conclusão de curso



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Verifica-se que os últimos cinco anos (2017-2022) respondem por mais de um terço (35,90%) dos documentos publicados, denotando tratar-se de uma temática latente. No que diz respeito à tipologia dos trabalhos publicados reverbera-se que somente 15,38% (seis documentos) são teses, enquanto que o restante são dissertações. Isso pode ser explicado porque no Brasil existem 518 cursos de mestrado e 181 de doutorado (CAPES, 2022). Outro possível argumento diz respeito ao período mínimo de duração de tais cursos, uma vez que o

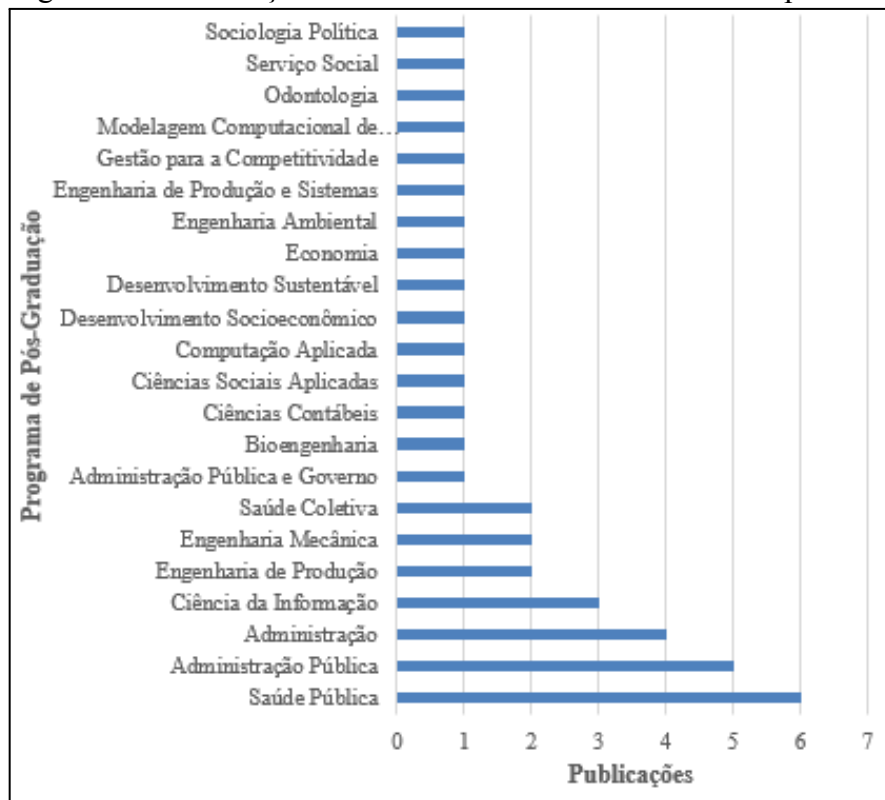


mestrado exige um ano para ser concluído, ao passo que o doutorado requer dois anos, o que impacta no quantitativo de trabalhos produzidos (CAPES, 2021).

Quanto às IES de origem dos documentos analisados, observa-se que 23,08% são privadas, enquanto que o restante são organizações públicas. Nesse mesmo sentido, ressalta-se que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) figura como a IES privada com maior número de trabalhos (seis), predominantemente desenvolvidos no âmbito da área de Administração. Acerca das IES públicas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) configura-se como aquela que responde pela maior quantidade de trabalhos (cinco), seguida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (quatro) e pela Universidade de Brasília (UnB) e Universidade de São Paulo (USP), ambas com três trabalhos cada.

Acerca dos Programas de Pós-Graduação nos quais as pesquisas sobre saúde pública e gestão foram sendo desenvolvidas, verifica-se que as áreas de Saúde Pública e Administração apresentam maior proporção de publicações, conforme evidencia-se na Figura 2.

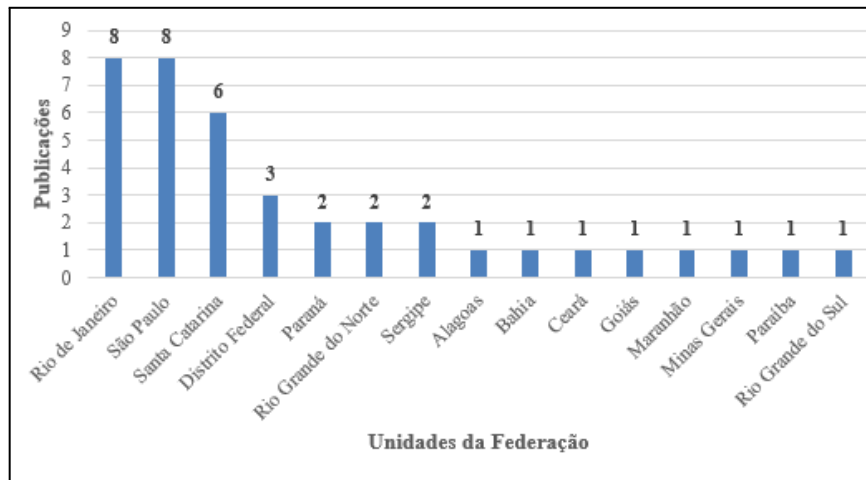
Figura 2 – Distribuição dos trabalhos de conclusão de curso por PPG



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Não obstante, tem-se também que os documentos estão distribuídos em 14 Estados e o Distrito Federal, sendo que a Região Sudeste responde por 41,03% do portfólio analisado. Este achado pode ser explicado pelo fato de que a referida região concentra a maior quantidade de pós-graduandos do país, pois somente o Estado de São Paulo responde por 50,43% do total de doutorandos e por 34,50% dos mestrandos brasileiros (MEC, 2023). A Figura 3 ilustra a frequência absoluta da participação dos Estados quanto aos trabalhos analisados.

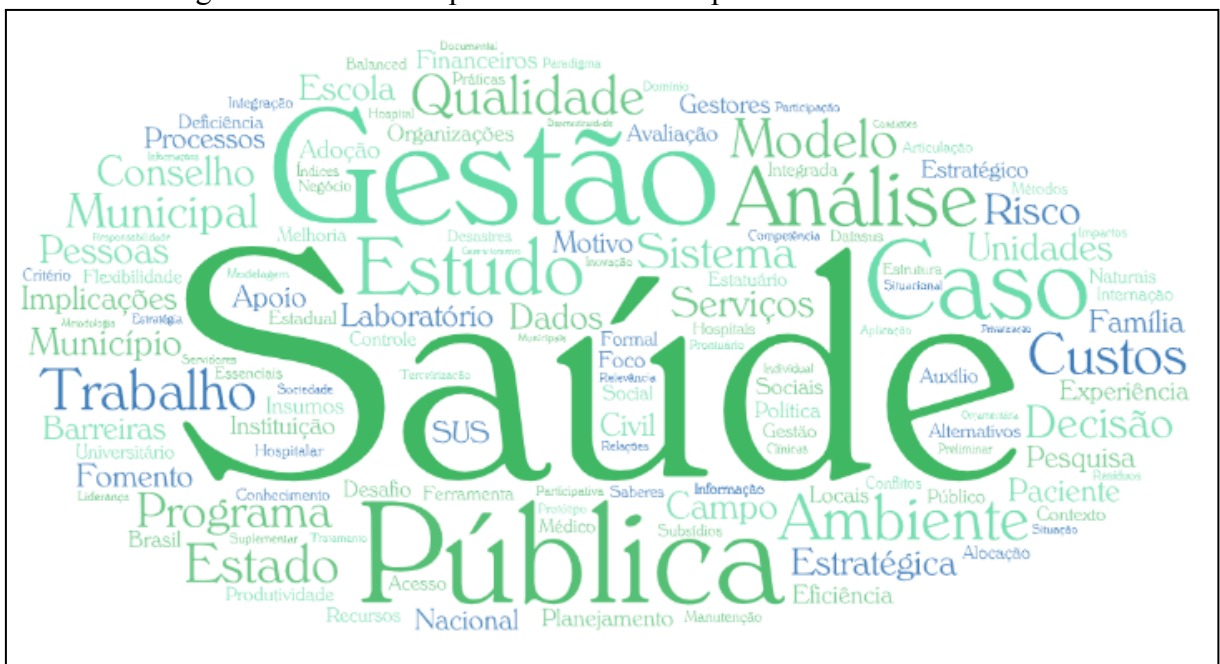
Figura 3 – Distribuição dos trabalhos de conclusão de curso por Estado brasileiro



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Por fim, procedeu-se com a análise léxica dos termos predominantes nos títulos dos documentos analisados a fim de verificar a ênfase dos estudos. Para tanto, elaborou-se uma nuvem de palavras de correspondência de termos, sendo que o tamanho de cada palavra é proporcional a sua incidência no portfólio. Ou seja, quanto maior a representação do tamanho do termo, com maior frequência este aparece no título dos trabalhos. Assim, a Figura 4 apresenta a referida nuvem de palavras.

Figura 4 – Nuvem de palavras dos termos predominantes nos títulos



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Os resultados obtidos demonstraram que, obviamente, os termos empregados como critérios de busca surgem com maior incidência, denotando a centralidade das investigações. No entanto, observa-se que palavras relacionadas também despontam, como “qualidade”,



“trabalho” e “custos”, por exemplo. Portanto, reverbera-se o caráter interdisciplinar dos estudos sobre saúde pública e gestão, haja vista sua miríade de interfaces e aspectos pertinentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada apresenta achados relacionados à caracterização das dissertações de mestrado e teses de doutorado desenvolvidas no Brasil que abordam como temática saúde pública e gestão, de maneira conjunta. Os resultados evidenciam que apesar de ser um assunto que tende a despertar maior interesse dos pesquisadores da área de Ciências Sociais e de Ciências da Vida, seu caráter interdisciplinar estimula estudos em campos científicos variados, como Engenharia Mecânica e Ciência da Informação, por exemplo.

Também ressalta-se que a Região Sudeste corresponde aquela que apresenta o maior número de publicações, denotando as contribuições do ecossistema de saúde instalado – o que estimula avanços científicos e tecnológicos, também expressos por trabalhos desenvolvidos junto à Fundação Oswaldo Cruz.

Ademais, reverberam-se as contribuições do estudo quanto a identificação do panorama da pós-graduação brasileira acerca da temática, cujo desenvolvimento relaciona-se de maneira estreita com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de saúde. Ou seja, à medida que pesquisadores do país estiverem preocupados com a melhoria da saúde pública e com a adoção de práticas gerenciais eficientes e eficazes novos benefícios em prol do bem-estar social tendem a emergir.

Contudo, reconhecem-se as limitações da pesquisa quanto ao não aprofundamento das análises, limitando-se a verificação das características dos trabalhos de conclusão de curso. Logo, para estudos futuros, recomenda-se que seja empregada uma revisão sistemática a fim de detalhar as abordagens teóricas e metodológicas adotadas para o desenvolvimento das pesquisas. Também sugere-se a realização de investigações empíricas junto a organizações públicas de saúde a fim de identificar desafios e oportunidades enfrentadas diariamente pelos gestores.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pela concessão de bolsa na modalidade do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic). Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO) – Processo nº 0012.067617/2022-90 e processo relacionado nº 0012.068209/2022-55.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.; TORRENTÉ, M. O. N. Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, p. e2023098, 2023.



BARRETO, D. J. S. **Expectativa de vida e gastos com saúde no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

BUSS, P. M. *et al.* Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 219-230, 2000.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior**. Sobre a CAPES. 05 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior**. Coleta de dados, cursos da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. 22 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/250#:~:text=A%20coleta%20era%20realizada%20por,doutorado%2C%20distribu%C3%ADdos%20em%20524%20programas>>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

CARVALHO, D. B.; FEITOSA, C. M. M. M. A produção brasileira de teses sobre educação ambiental na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD): uma análise temática. **Ambiente & Educação**, v. 16, n. 1, p. 45-57, 2011.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 27, p. 7-26, 2013.

CHUEKE, G.V.; AMATUCCI, M O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

COSTA, J. S. D.; VICTORA, C. G. O que é "um problema de saúde pública"? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 9, n. 1, p. 144-146, 2006.

DERMINDO, M. P. Gestão eficiente na saúde pública brasileira. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 11, 2019.

DERMINDO, M. P.; GUERRA, L. M.; GONDINHO, B. V. C. O conceito eficiência na gestão da saúde pública brasileira: uma revisão integrativa da literatura. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-17, 2020.



DONTHU, N. *et al.* How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285-296, 2021.

D'INNOCENZO, M. *et al.* **Indicadores, auditorias, certificações**: ferramentas de qualidade para gestão em saúde. São Paulo: Martinari, 2010.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, v. 37, 2020.

FINKELMAN, J. Apresentação. *In*: FINKELMAN, J. (Org.) Caminhos da saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

FOX, E. A.; GONÇALVES, M. A. Technology and Research in a Global Networked University Digital Library (NUDL). **Ciência da Informação**, v. 30, n. 3, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, 2018.

GRAÇA, L. Importância da gestão em saúde. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 23, n. 1, p. 3-4, 2005.

GUIMARÃES, R. M.; ANDRADE, F. C. D. Expectativa de vida com e sem multimorbidade entre idosos brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde 2013. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.

HOLROYD, T. A. *et al.* Communicating Recommendations in Public Health Emergencies: The Role of Public Health Authorities. **Health Security**, v. 18, n. 1, p. 21-28, 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Comunicados. 25 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=35600>>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

KAPLAN, R. M.; HAYS, R. D. Health-related quality of life measurement in public health. **Annual Review of Public Health**, v. 43, p. 355-373, 2022.

LEITE, F. C. L.; ASSIS, T. B.; MELO, B. A. Gestão de teses e dissertações eletrônicas no Brasil: Sobre bibliotecas digitais de teses e dissertações e repositórios institucionais. **Informação & Informação**, v. 20, n. 3, p. 529-543, 2015.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 700-701, 2003.



LORENZETTI, J. *et al.* Health management in Brazil: dialogue with public and private managers. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 23, p. 417-425, 2014.

LUCCHESI, P. T. R.; AGUIAR, D. S. Descrição introdutória ao tema. *In*: LUCCHESI, P. T. R. (Coord.). **Informação para tomadores de decisão em saúde pública: Políticas públicas em saúde**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2010.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC. **Ministério da Educação**. Números de pós-graduandos cresce no Brasil.

2023. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%20tem%20mais%20da,Tocantins%3B%20e%20quatro%20no%20Acre>>.

Acesso em 02 de setembro de 2023.

MONTENEGRO, M. A. P. cómo leer y generar publicaciones científicas. la importancia del título y el resumen de un artículo científico. **Neumología Pediátrica**, v. 15, n. 3, p. 379-380, 2020.

MURRAY, C. J. *et al.* **Summary measures of population health: concepts, ethics, measurement and applications**. Geneva: World Health Organization, 2002.

PESSOA, D. L. R. *et al.* The main challenges of health management today: integrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3413-3433, 2020.

PIRES, D. E. P. *et al.* Gestão em saúde na atenção primária: o que é tratado na literatura. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, p. 01-19, 2019.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 24, n. 4, p. 348-349, 1969.

REIS, V. P. Gestão em saúde. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 22, n. 1, p. 7-17, 2004.

RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 355-365, 1999.

SALES, O. P. *et al.* O Sistema Único de Saúde: desafios, avanços e debates em 30 anos de história. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 54-65, 2019.



SCHERER, M. D. A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 721-725, 2009.

SCHRAMM, F. A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, n. 2, p. 187-200, 2006.

SERRA, F. A. R.; FERREIRA, M. A. S. P. V. O título, resumo e palavras-chave dos artigos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 4, p. 1-7, 2014.

SHORTELL, S.; KALUZNY, A. **Health care management, organization, design and behaviour**. Albany, NY : Delmar, 2000.

SILVA, A. F. O.; DIAS, E. E. C.; SILVA, R. L. A. Qualidade de vida: Uma reflexão sobre a cidade de São Paulo. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 14, n. 1, p. 01-15, 2022.

SOUZA, L. E. Saúde pública ou saúde coletiva. **Revista Espaço Saúde**, v. 15, n. 4, p. 7-21, 2014.

WADE, D. *et al.* A collective voice for advancing public health: why public health associations matter today. **Canadian Journal of Public Health**, v. 110, n. 3, p. 335-339, 2019.

WONG, B. L. H. *et al.* The dawn of digital public health in Europe: Implications for public health policy and practice. **The Lancet Regional Health–Europe**, v. 14, p. 100316, 2022.

WOOD JR., T. *et al.* Impacto social: estudo sobre programas brasileiros selecionados de Pós-Graduação em Administração de Empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 21-40, 2016.